



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo: 08039494120198150001

ITAU SEGUROS S.A., empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **VALDECI JOSE DE MEDEIROS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à **INVALIDEZ PERMANENTE**.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Neste sentido, o sinistro foi cancelado administrativamente, tendo em vista que a parte não cumpriu as exigências da Lei que regula a matéria.

Cumpre ressaltar a ausência de nexo causal entre o suposto acidente e alegada invalidez.

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, **não há elementos capazes de comprovar que a lesão apresentada tenha decorrido do acidente de trânsito.**

Diante da inicial apresentada e toda documentação médica juntada, se comparada ao r. Boletim de ocorrência, podemos perceber diversas divergências na data do suposto acidente.

Veja Exa., na inicial a parte Autora informou que o alegado acidente se deu dia 28/08/2017, já no Boletim de Atendimento médico, constou o dia 25/08/2017, e mais, no documento médico juntado aos autos sob fls. Num. 19362829 - Pág. 3, foi informado um atendimento médico ocorrido em 25/07/2017, ou seja, 1 mês antes do acidente, vejamos os comparativos:

INICIAL, DATA DO ACIDENTE DIA 28/08/2017:

DOS FATOS

O promovente foi vítima de acidente automobilístico ocorrido no dia 28 de Agosto de 2017 por volta das 20:30 hs, quando trafegava pela Rua João Pessoa, no centro de Campina Grande/PB, conduzindo a motocicleta HONDA/CG 125, FAN KS, ano/modelo 2010/2011, cor Preta, de placa NKI-0078, licenciada em nome de Mailton Bezerra Lima Gomes, o qual a vítima não conseguiu encontrá-lo para que o mesmo lhe forneça a declaração de propriedade da moto acima mencionada, quando foi atingido na parte traseira por um veículo de marca, cor, placa e condutor não identificado, fazendo com que o declarante perdesse o controle de direção, sendo jogado ao solo, sofrendo ferimentos graves, sendo socorrido pelo SAMU e encaminhado para o Hospital Regional de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes de Campina Grande/PB, onde foi submetido a tratamento médicos.

BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO 25/08/2017:

GOVERNO DA PARAÍBA SECRETARIA DE SAÚDE HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES		HIT/G-Plano Administrativo	
ATENDIMENTO URGÊNCIA PRONT (B.E) Nº:1493370 CLASS. DE RISCO: VERMELHO HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES CNPJ: 08.778.268/0038-52 Av. Mal. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas, Campina Grande - PB, CEP: 58432-809 Data: 25/08/2017 Boletim de Emergência (B.E) - Modelo 07 Atendente: Suenia Costa Santos		EXAME PRIMÁRIO - DADOS CLÍNICOS Paciente vítima de acidente motociclista (carro - moto), data do momento o paciente malta espanta a forma que se apresenta de maneira desmaiada, com o membro superior direito trunco, com coloração cianótica e mancha roxa. Abd.: insulsa e palpável profunda.	
PACIENTE: VALDECI JOSE DE MADEIROS Endereço: NAO INFORMOU Cidade: Massaranduba Nome da Mãe: MARIA FRANCISCA DA CONCEICAO Responsável: Estado Civil: Motivo: ACIDENTE DE MOTO Médico:		ALERGIA: Nega MEDICAMENTOS: PATOLOGIAS: DM EXAME FÍSICO PUPILAS: N Fotorreagentes N Isocóricas () Anisocóricas () Glasgow: 7 (olhos abertos) PA HGT: A: Visão geral paciente com coloração cianótica B: Rentado com dificuldade em ar ombro C: Hemodinâmica com alteração D: GCS impossibilitado pelo uso de álcool, pupila E: Presença de escoriações em membros	
CEP: S8120000 Nascimento: 27/05/1966 Sexo: M Telefone: Idade: 051 Bairro: CENTRO RG: 1700723 Nº: 0 CPF: 00971948402 Profissão: Data de Atend: 25/08/2017 CNS: 00971948402 Hora: 22:28:17 CONVÊNIO: SUS CRM: Especialidade:		EXAMES SOLICITADOS: () Laboratoriais Dx Ultrassonografia: F&T () Gasometria arterial (-) Radiografias: Dentre baixa () Tomografia Computadorizada ()	
DBS FICHA: MECANISMOS DO TRAUMA LOCAL DA LESÃO (Identifique o local com o número correspondente ao lado)		SOLICITAÇÃO DE PARECER MÉDICO: Especialista: <u>RODRIGO</u> / <u>AS</u> : <u>DI</u> Especialista: <u>RODRIGO</u> / <u>AS</u> : <u>DI</u> MÉDICO SOLICITANTE PROCEDIMENTOS REALIZADOS:	
		PRESCRIÇÕES E CONDUTAS 1. Voltar em 75 dias o F&T - (DI) 2. 3. 4. HOR	

ATENDIMENTO MÉDICO OCORRIDO EM 25/07/2017, OU SEJA, 1 MÊS ANTES DO ACIDENTE:



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Ficha de Acolhimento

Nome: <u>Vasoluci Jose de medeiros</u>		
End: _____	Bairro: <u>messenolube</u>	
Data de Nascimento: <u>27.05.16</u>	Documento de Identificação: _____	
Queixa: <u>Acidente</u>	Data do Atend.: <u>25.07.17</u>	Hora: <u>22.24</u> Documento: _____
Acidente de trabalho? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
<u>de via</u>	Classificação de Risco	

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, conforme consta da perícia judicial, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

Outrossim, em que pese o alegado acima, caso não seja este o entendimento do Douto Juízo, havendo condenação à ré, requer a aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 6 de janeiro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB